

FUNDO DE PENSÕES ABERTO OPEN

RELATÓRIO E CONTAS 2020

Índice

1.	Relatório de Gestão	3
1.	Âmbito	3
2.	Enquadramento Macroeconómico	3
3.	Evolução geral do Fundo de Pensões e da atividade desenvolvida no Período	10
4.	Alterações com Impacto Significativo na Gestão do Fundo de Pensões	10
5.	Política de Investimentos do Fundo de Pensões.....	10
6.	Cumprimento dos Princípios e Regras Prudenciais Aplicáveis aos Investimentos do Fundo de Pensões	11
7.	Limites de exposição e alocação estratégica vs alocação atual	11
8.	Evolução da Estrutura da Carteira de Investimentos do Fundo de Pensões	12
9.	Performance e Rendibilidade do Fundo de Pensões.....	13
10.	Benchmarks	13
11.	Evolução dos Riscos materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto	14
12.	Gestão dos Riscos Materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto, Incluindo a Eventual Utilização de Produtos Derivados e Operações de Reporte e de Empréstimo de Valores.....	14
13.	Nível de Financiamento das Responsabilidades do Fundo de Pensões	15
14.	Considerações Finais	15
2.	Demonstrações Financeiras	16
3.	Anexo às Demonstrações Financeiras	18
4.	Certificação do Revisor Oficial de Contas.....	30

1. Relatório de Gestão

1. ÂMBITO

O presente relatório tem como objetivo dar cumprimento ao estabelecido em Norma Regulamentar Nº 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, relativa ao Relato Financeiro dos Fundos de Pensões, reportando-se a 31/12/2020.

O fundo de pensões é constituído, na data de reporte, apenas por adesões individuais.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2020, a economia mundial registou uma profunda recessão, com uma contração do PIB de 3,5%, fruto da pandemia associada ao vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19. Em março de 2020, fruto da disseminação do vírus à escala global, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou uma situação de pandemia.

Muitos países estabeleceram medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica, procurando restringir ao mínimo os contactos entre pessoas, levando a uma situação de confinamento generalizada, com o encerramento das atividades não essenciais, o que teve consequências económicas de dimensão histórica.

Apesar do confinamento ter sido implementado apenas em março, o PIB contraiu já no primeiro trimestre do ano, de forma significativa, situação que se acentuou no segundo trimestre, uma vez que o confinamento mais estrito foi adotado durante o mês de abril, iniciando-se uma retirada gradual das restrições a partir do mês de maio, mas sempre com níveis de atividade muito abaixo dos verificados antes da pandemia.

O período do Verão, no hemisfério norte, trouxe uma redução dos contágios, uma retirada das medidas de confinamento, e uma progressiva recuperação da atividade económica, materializado num crescimento mais sólido no 3º trimestre do ano.

No outono, a convivência normal entre as pessoas, juntamente com o regresso às aulas, e a sazonalidade do vírus, verificou-se uma nova vaga pandémica, com imposição de novas medidas de confinamento, que se foram tornando mais restritivas (embora menos do que na primeira vaga) no final do ano, quando surgiram novas estirpes, mais contagiosas, e cujos efeitos se tornaram mais visíveis já em 2021.

Crescimento Económico Mundial

	2019	2020 E	2021 P
Mundo	2,8	-3,5	5,5
Países Avançados	1,6	-4,9	4,3
EUA	2,2	-3,4	5,1
UEM	1,3	-7,2	4,2
Reino Unido	1,4	-10,0	4,5
Japão	0,3	-5,1	3,1
Países em Desenvolvimento	3,6	-2,4	6,3
África	3,2	-2,6	3,2
Ásia	5,4	-1,1	8,3
China	6,0	2,3	8,1
Europa de Leste	2,2	-2,8	4,0
Médio Oriente	1,4	-3,2	3,0
América Latina	0,2	-7,4	4,1
Brasil	1,4	-4,5	3,6

Fonte: Fundo Monetário Internacional (janeiro de 2021)

Em resultado da dinâmica no segundo semestre do ano, a contração da atividade, em 2020, foi menos pronunciada do que o estimado na fase inicial da pandemia, embora com diferenças regionais e setoriais de relevo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), na atualização de janeiro de 2021 do “*World Economic Outlook*”, reviu em alta as projeções económicas, estimando uma recessão menos profunda, em 2020, e uma recuperação mais sustentada, em 2021. Em 2020, a economia mundial terá contraído 3,5%, de acordo com o FMI, para recuperar em 2021, com um crescimento de 5,5%.

Mas existiram claras diferenças regionais. A contração da atividade, em 2020, foi mais pronunciada nas economias desenvolvidas, fruto de (i) os efeitos da pandemia se terem iniciado mais cedo, depois do contágio a partir de Wuhan, na China, (ii) imposição de um confinamento mais generalizado; e (iii) a segunda vaga se ter sentido mais marcadamente, no terzo final do ano.

Contudo, mesmo nos grandes grupos, as diferenças regionais, mas também nacionais, são significativas, com a retração da atividade a oscilar entre os 7% na zona euro e os 3% nos EUA, refletindo a profundidade e duração dos confinamentos, bem como a integração das cadeias produtivas e também o peso do turismo na economia.

Nas economias emergentes, os impactos foram diferenciados, em função também da expansão da pandemia.

Na **China**, onde a pandemia se terá iniciado, a atividade registou uma evolução melhor do que o antecipado, fruto do reportado controlo da pandemia a nível nacional. A atividade terá crescido cerca de 2%, com uma recuperação mais sustentada no segundo semestre do ano, cujos efeitos se deverão sentir de forma mais marcada em 2021.

Os **EUA** registaram uma contração da atividade de 3,4%, mais pronunciada do que a registada quando da Grande Crise Financeira (2008). Contudo, um menor grau de confinamento, em especial durante a segunda vaga, e as medidas de estímulo orçamental implementadas,

contribuíram para uma menor retração da atividade, quando comparada com outras economias desenvolvidas.

O emprego, que registou uma forte destruição no início da pandemia, ainda não recuperou totalmente, o que potenciou uma pronta resposta da Reserva Federal dos EUA, com a descida da taxa dos *Fed Funds* para 0%, bem como com a implementação de programas de concessão de liquidez e crédito, e a aquisição de ativos financeiros.

A **Europa** foi bastante mais fustigada pela pandemia, ampliada pelas interligações entre as várias economias.

Na **zona euro**, o crescimento contraiu de forma bastante pronunciada, com o PIB a cair 7,2%, dinâmica especialmente concentrada no segundo trimestre, quando um confinamento generalizado foi imposto. Apesar da mais forte recuperação no terceiro trimestre, a segunda vaga no final do ano atrasou essa dinâmica, sendo que, no conjunto do ano, persistiram claras diferenças entre os países. A contração do PIB oscilou entre 5% na Alemanha e 11% em Espanha.

Todos os fatores que tinham marcado a conjuntura em 2019, como a transição energética, protestos contra reformas estruturais, ou questões políticas, ficaram em suspenso, dominados pela pandemia e pela urgência sanitária.

Em 2020, foi finalmente alcançado o acordo entre a UE e o **Reino Unido**, para formalizar a relação futura entre as duas economias, mesmo em cima do término do período de transição. O acordo engloba a ausência de tarifas no comércio de bens, mantém os acordos de sexta-feira Santa relativos à Irlanda do Norte, mas não abarca a possibilidade de prestação de serviços financeiros. Os efeitos sobre os sectores de atividade mais favoráveis ao *Brexit*, como as pescas (onde há um período transitório de acesso às águas britânicas) ou os laticínios, começam a ser sentidos agora, com as regras fitossanitárias a bloquearem as exportações britânicas. O Reino Unido terá registado uma contração do PIB em 10%, fruto da pandemia, bem como do *Brexit*.

	PIB	Inflação
UEM	-6,8	0,3
Alemanha	-5,0	0,4
França	-8,3	0,5
Espanha	-11,0	-0,3
Itália	-8,8	-0,1

Fonte: CE (fevereiro 2021)

Fonte: Comissão Europeia (fevereiro de 2021)

Para combater os efeitos da pandemia, e contribuir para uma mais rápida recuperação, já em julho foi aprovado o acordo que estabelece o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, com um envelope financeiro de 750 mil milhões de euros, dos quais 390 mil milhões de subvenções aos Estados (abaixo da proposta inicial de 500 mil milhões de euros). Adicionalmente, foi também aprovado o Quadro Financeiro Plurianual, para o período 2021-27, que ascende a 1.074 mil milhões.

No âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, Portugal deverá receber uma verba de 15 mil milhões de euros em subsídios a fundo perdido, e a possibilidade de aceder a mais 15 mil milhões de euros em empréstimos. Conjuntamente com o término do Portugal 2020 e o novo quadro plurianual, Portugal deverá receber quase 58 mil milhões de euros em fundos comunitários para utilizar ao longo da próxima década.

O Banco Central Europeu reforçou a sua orientação de prossecução de uma política monetária de apoio à recuperação económica, baseada na manutenção de taxas de juro negativas e programas de aquisição de ativos e de cedência de liquidez, de modo a promover condições de base propícias à recuperação e crescimento económico.

Para isso, foram criados novos mecanismos de política monetária, os *PELTROs* – *Pandemic Emergency Longer-term Refinancing Operations* – que tiveram início em maio de 2020 e se prolongarão até julho/setembro de 2021, a uma taxa de refinanciamento fixa e 25 p.b. abaixo da taxa refi.

Adicionalmente, as condições de refinanciamento dos TLTRO III foram revistas, com as taxas de refinanciamento a serem reduzidas em 100 p.b. face ao valor médio da taxa refi, para as operações realizadas entre junho de 2020 e junho de 2021. Em junho, o montante total do *PEPP* – *Pandemic Emergency Purchase Programme* foi ampliado em 600 mil milhões de euros, para um total de 1.350 mil milhões de euros, o que contribuiu para uma estabilização do risco na zona euro.

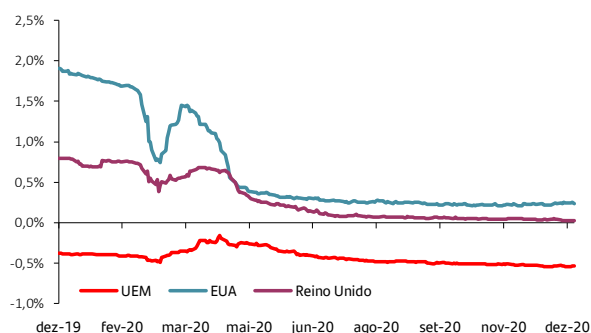
E já em dezembro, fruto da segunda vaga pandémica na Europa, o BCE alterou de novo as condições do TLTRO III e do PEPP. Este último foi ampliado em mais 500 mil milhões de euros, para 1.850 mil milhões de euros, devendo prolongar-se até final de março de 2022. O TLTRO III terá três novas operações, entre junho e dezembro de 2021, enquanto as bonificações foram estendidas por 12 meses, até junho de 2022. Também o montante que os bancos podem tomar, no quadro destas operações, foi ampliado para 55% da referência (+5 p.p.).

O BCE prolongou ainda, até junho de 2022, as medidas adotadas em abril, relativas ao colateral utilizável nas operações de refinanciamento, no qual se inclui a utilização de *pools* de crédito (o que já ocorria em Portugal).

Nas **economias emergentes**, a pandemia produziu também importantes efeitos económicos, embora menos adversos do que nas economias avançadas, em parte devido às medidas de confinamento impostas, por contrapartida de um efeito sanitário mais pronunciado, na primeira vaga (que assolou o hemisfério sul durante o seu inverno).

A **América Latina** foi particularmente afetada (o PIB terá contraído 7,4%), em especial o México, com uma recessão de 8,5%. O Brasil não ficou imune, e o PIB contraiu 4.5%. O delicado equilíbrio entre saúde e economia acabou por pender a favor da última.

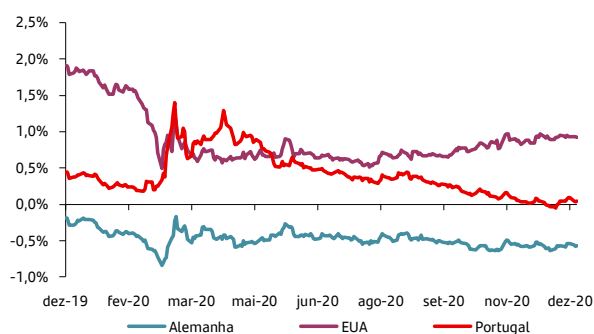
Evolução das Taxas de Juro a 3 Meses



Fonte: Bloomberg

As políticas económicas assumiram um pendor expansionista. Nas economias desenvolvidas, isso implicou que os bancos centrais, como mencionado, reforçassem os seus programas de aquisição de ativos e de cedência de liquidez, contribuindo para uma nova descida das taxas de juro ao longo de toda a curva de rendimentos.

Evolução das Taxas de Juro a 10 anos



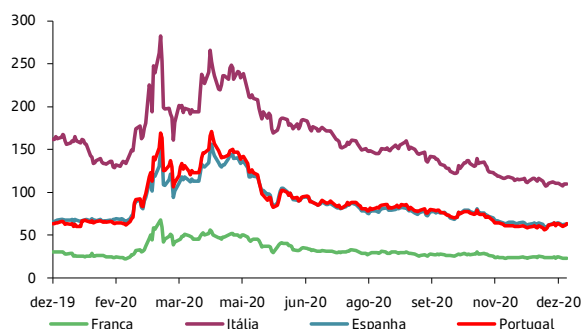
Fonte: Bloomberg

As **taxas de juro de curto prazo** desceram, de forma generalizada, apesar de, num primeiro momento da pandemia, terem subido, fruto de uma maior perceção de risco, mas prontamente eliminada pela intervenção dos bancos centrais. Nos EUA e no Reino Unido, as taxas de juro a 3 meses aproximaram-se de zero, enquanto na zona euro convergiram para níveis abaixo da taxa de depósito.

Ao nível das **taxas de juro de longo prazo**, a evolução anual caracterizou-se por uma descida, de forma generalizada, apesar de algumas diferenças intra-anuais.

Nos mercados *core*, como os EUA e a Alemanha, a reação à pandemia e às medidas dos bancos centrais materializou-se numa descida das *yields*. Já nos mercados periféricos, num primeiro momento da pandemia, as taxas de juro subiram, seja porque a situação sanitária foi muito adversa, em Itália e Espanha, por exemplo, seja porque a perceção de risco, em especial em termos de impactos económicos e orçamentais, foi mais negativa.

Diferenciais de Taxas de Juro de Longo Prazo Face à Alemanha (p.b.)



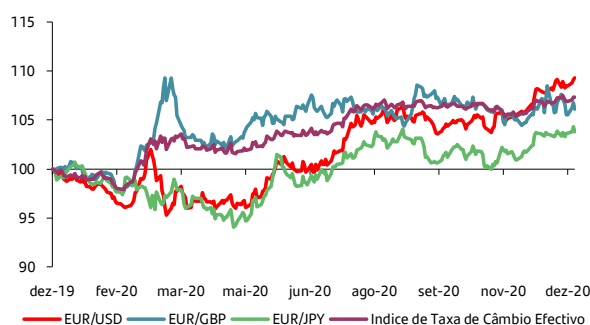
Fonte: Bloomberg

Por esta razão, os *spreads* de crédito, na zona euro, aumentaram em março e permaneceram elevados até maio, de forma generalizada. A intervenção do BCE, com o PEPP, permitiu uma progressiva normalização dos *spreads*, mas que só no final do ano retomaram os níveis pré-pandemia, antes de assumirem níveis ligeiramente abaixo.

Em Portugal, o *spread* a 10 anos face à Alemanha chegou a atingir 150 p.b., entre março e abril, descendo posteriormente, de forma faseada para, como mencionado, desceram abaixo dos níveis pré-pandemia, no final do ano. A mesma dinâmica foi observada em Espanha, assim como em Itália, que no pico chegou a ultrapassar os 250 p.b. de *spread* face à Alemanha.

No **mercado cambial**, o euro caraterizou-se por uma tendência de apreciação face às principais divisas. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,21 dólares, uma apreciação de cerca de 9%.

Evolução das Principais Taxas de Câmbio (Dez-19=100)



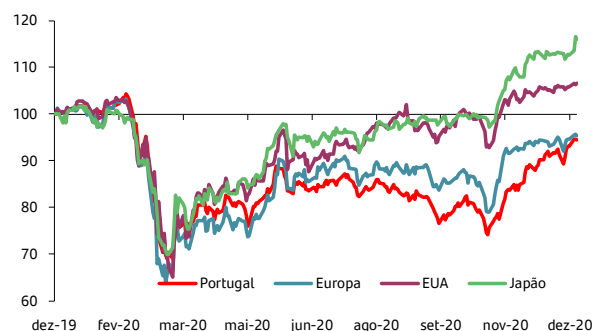
Fonte: Banco Central Europeu

Os mercados acionistas reagiram negativamente à pandemia, com uma desvalorização significativa em março (cerca de 30%), mas posteriormente recuperaram uma trajetória de recuperação, apoiada pela recuperação da atividade, por um lado, e pelas expectativas quanto à vacinação, à medida que ia sendo anunciado o desenvolvimento de várias vacinas contra a COVID-19.

O mercado norte-americano, no final do ano, recuperou máximos absolutos, beneficiando também de um efeito eleitoral, após a eleição de Joe Biden para a presidência.

Na Europa, a recuperação não impediu uma desvalorização de cerca de 5%, com os mercados a serem penalizados pelo maior peso relativo do setor bancário, que foi especialmente afetado. A dinâmica em Portugal foi muito similar.

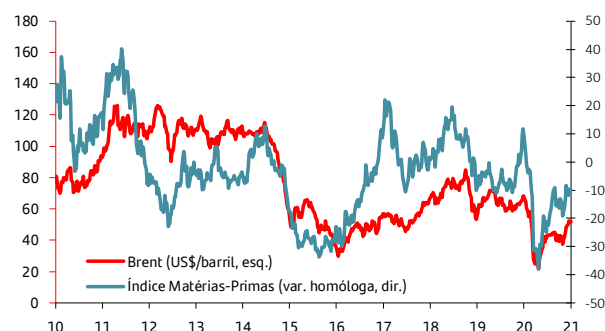
Evolução dos Mercados Acionistas (Dez-19=100)



Fonte: Bloomberg

A volatilidade e incerteza transmitiram-se aos mercados de matérias-primas, com a contração da atividade a resultar numa redução pronunciada da procura. O **petróleo** registou uma pronunciada depreciação, tendo o Brent tocado em mínimos em redor de 20 dólares/barril, para fechar o ano em 51 dólares, ainda assim uma redução homóloga de 24%. O crude de referência nos EUA (o WTI) chegou a cotar em terreno negativo, reflexo dessa fraca procura (num movimento técnico). O **ouro** manteve o seu papel de refúgio, com uma valorização de 27% durante o ano de 2020, para 1.878 dólares por onça.

Evolução do Preço do Petróleo Brent (US\$ por barril) Índice de Matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

3. EVOLUÇÃO GERAL DO FUNDO DE PENSÕES E DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO PERÍODO

O quadro seguinte resume a evolução do fundo face ao ano anterior:

Valor do Fundo em 31/12/2019	1.040.708,37
Contribuições	24.378,02
Pensões	- 8.106,43
Rendimento Líquido	3.003,60
Outras Variações Líquidas	- 15.739,51
Valor do Fundo em 31/12/2020	1.044.244,056
<i>Valores em euros</i>	

Do total de rendimento gerado, cerca de € -13.606,87 dizem respeito a ganhos líquidos de alienação e de avaliação de aplicações financeiras.

As contribuições para o fundo de pensões, durante ao ano de 2020, dizem respeito a contribuições de adesões individuais.

A rubrica “Outras Variações Líquidas” inclui os prémios de seguros, comissões de gestão e depósito, receitas e despesas provenientes dos seguros e comissões.

4. ALTERAÇÕES COM IMPACTO SIGNIFICATIVO NA GESTÃO DO FUNDO DE PENSÕES

Nada a mencionar.

5. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Na composição do património do Fundo, a Entidade Gestora terá em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, de qualidade, de rendibilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A gestão do Fundo rege-se-á por princípios de uma gestão sã e prudente, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

As aplicações em caixa e em disponibilidades à vista devem representar um valor residual, salvo em situações efetivas de força maior que conduzam, temporariamente, à inobservância deste princípio, nomeadamente em casos de entrega de contribuições, de necessidades de tesouraria ou

de elevada instabilidade dos mercados financeiros. Neste contexto, os limites previstos no ponto 6 poderão ser incumpridos.

A política de investimento será objeto de revisão pelo menos de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

O fundo destina-se a participantes com reduzida tolerância ao risco, que pretendam constituir um complemento de reforma.

A Estratégia seguida em matéria de afetação de ativos, encontra-se descrita no ponto 7 do presente relatório.

6. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Foram observados os princípios e regras prudenciais, aplicáveis aos investimentos em fundos de pensões, previstos na legislação em vigor, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

Na composição do património do fundo, é tomada em consideração os objetivos de finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e liquidez das respetivas aplicações financeiras.

7. LIMITES DE EXPOSIÇÃO E ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA VS ALOCAÇÃO ATUAL

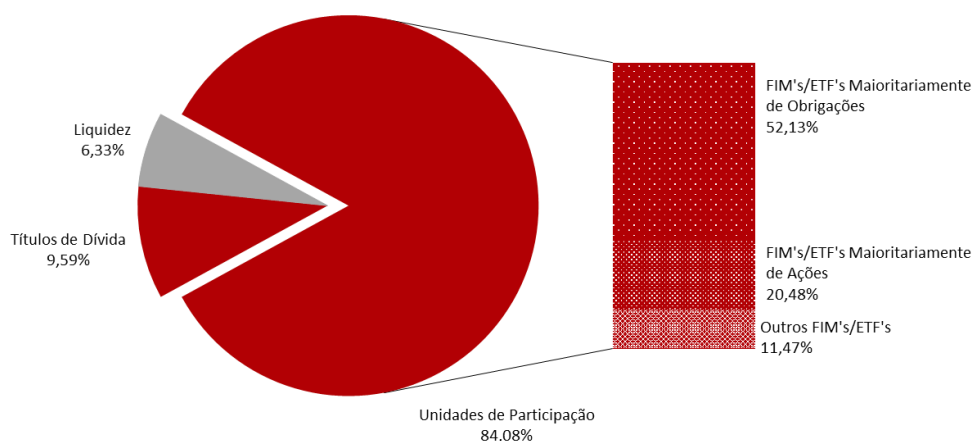
A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também a alocação de ativos atuais e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Títulos de Dívida	5,00%	9,59%	4,59%	[0; 10]
Instrumentos de Capital	0,00%	0,00%	0,00%	[0; 0]
Unidades de Participação	85,00%	84,08%	-0,92%	[30; 90]
FIM's Maioritariamende Obrigações	55,00%	52,13%	-2,87%	[30; 80]
FIM's Maioritariamende Ações	12,50%	20,48%	7,98%	[0; 25]
FIM's Outros	10,00%	11,47%	1,47%	[0; 20]
ETF's Maioritariamende Obrigações	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
ETF's Maioritariamende Acções	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
FII's	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
Outros Activos	5,00%	0,00%	-5,00%	[0; 10]
Liquidez	5,00%	6,33%	1,33%	[0; 10]

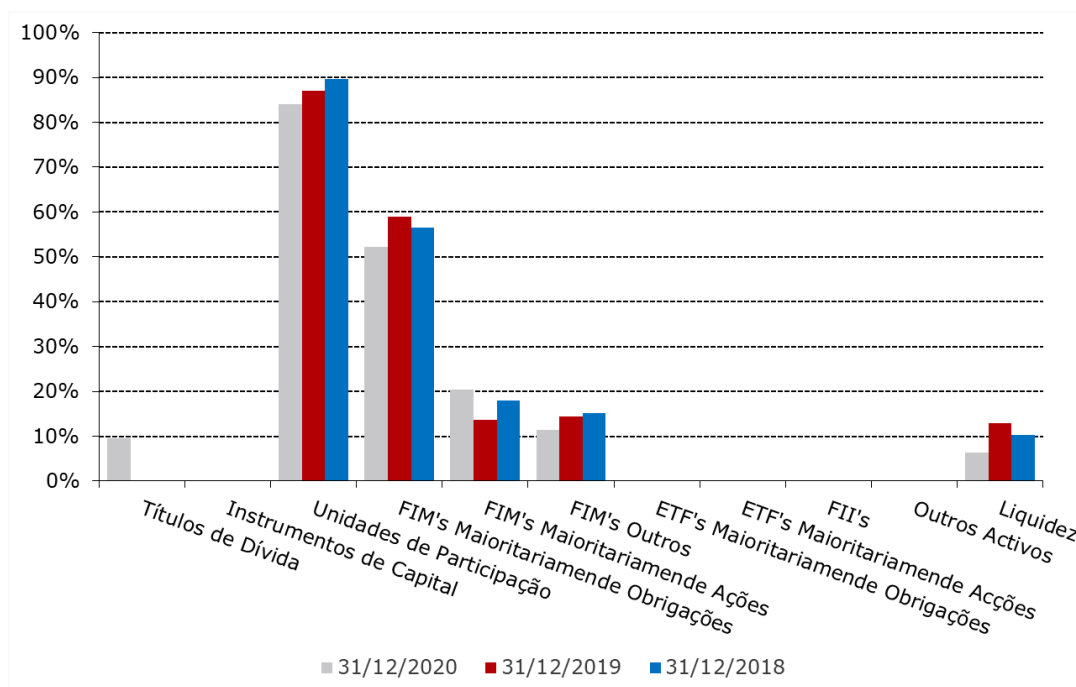
Os desvios de alocação, face ao previsto na política de investimentos, devem-se a razões de natureza tática, com o objetivo da otimização do binómio rentabilidade e risco.

8. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Em 31/12/2020 a estrutura da carteira por classes de ativos era a seguinte:



Na estratégia de alocação de ativos, privilegiou-se o investimento no rendimento variável, face aos limites da política de investimento, por via do bom desempenho desta classe no ano de 2020:



9. PERFORMANCE E RENDIBILIDADE DO FUNDO DE PENSÕES

No quadro seguinte, é apresentada a rendibilidade do Fundo de Pensões, para o ano de reporte:

RENDIBILIDADE	31/12/2020	31/12/2019
YTD	0,29%	9,14%

A medida de referência relativa à rentabilidade é a TWR (*Time Weighted Rate of Return*) e ao risco, o Desvio Padrão.

10. BENCHMARKS

A avaliação do desempenho de cada classe de ativos será efetuada contra os índices seguintes:

CLASSE DE ATIVOS	REFERÊNCIA
Títulos de Dívida / Pública	Bloomberg BERPGA
Títulos de Dívida / Corporativa	BERC INDEX
Instrumentos de Capital	Euro Stoxx 50
Unidades de Participação / FIM's Obrigações	Índice BERPGA / BERC
Unidades de Participação / FIM's Ações	MSCI: Europe, USA, Global, Asia, Emergent Market
Unidades de Participação / Outros FIM's	Índice BERGA / BERC / MSCI Global
Unidades de Participação / ETF's	Respetivo <i>Tracker</i>
Unidades de Participação / Imobiliário	APFIPP
Outros Ativos	Euribor 6 M + 1%
Liquidez	Euribor 1 M

Em termos globais, a performance do fundo (0,29%) esteve abaixo do *benchmark* (0,96%).

A performance do *benchmark*, é determinada com base nas rendibilidades individuais de cada um dos índices em cima indicados, com recurso aos dados históricos dos mesmos, via *bloomberg*.

11. EVOLUÇÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO

De acordo com a composição da carteira do Fundo Pensões, em 31/12/2020, os principais riscos de investimentos associados eram:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco Cambial

Não houve alterações significativas face ao ano anterior.

12. GESTÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO, INCLUINDO A EVENTUAL UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS E OPERAÇÕES DE REPORTE E DE EMPRÉSTIMO DE VALORES

Atualmente o fundo de pensões não investe em produtos derivados, operações de reporte ou de empréstimos de valores.

O controlo do risco de crédito, é assegurado assumindo um nível aceitável de diversificação, sendo impostos restrições de investimentos à gestão, de acordo com as especificidades de cada carteira, estabelecendo-se limites de concentração por setor, por emitente ou país e classe de *rating* dos ativos. São especialmente acompanhados os títulos com Outlook Negativo. A gestão do risco de crédito no Fundo de Pensões, assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, com periodicidade mensal.

O risco de mercado é monitorizado através dos indicadores, duração modificada, vida média e convexidade, para o risco de taxa de juro e Beta para o risco de ações. São igualmente quantificadas as Estimativas de Perdas Esperadas, através do impacto de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira e da variação dos preços de mercado nos títulos de rendimento variável em carteira, respetivamente para o risco de taxa de juro e o risco de ações.

O risco de taxa de juro (variação) é monitorizado regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos, de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo) e os parâmetros utilizados são a duração modificada da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira.

13. NÍVEL DE FINANCIAMENTO DAS RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE PENSÕES

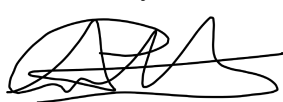
Não aplicável, dada a inexistência de planos de benefício definido financiados pelo Fundo de Pensões.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação constante no presente relatório é apropriada e representa fidedignamente as transações e outros acontecimentos.

Lisboa, 14 de Abril de 2021

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras

2.1. Demonstração da Posição Financeira

Unidade: Euros

Demonstração da Posição Financeira	Notas	2020	2019
Investimentos			
Instrumentos de capital e unidades de participação	4	878 020	906 591
Títulos de dívida Pública	4	100 131	
Depósitos em instituições de crédito	5	170 233	139 951
Outras aplicações		-	
Sub-Total		1 148 384	1 046 542
Devedores			
Sub-Total		-	-
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de proveitos			
Outros acréscimos de proveitos		136	-
Sub-Total		136	-
Total do Ativo		1 148 520	1 046 542
Credores	6		
Entidade gestora		2 095	2 104
Estado e outros entes públicos		11	11
Depositários		1 882	3 719
Sub-Total		3 988	5 834
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos		-	-
Operações em liquidação		100 288	
Sub-Total		100 288	-
Total do Passivo		104 275	5 834
Total do Valor do Fundo		1 044 244	1 040 708
Valor da Unidade de Participação		56,664	53,417

2.2. Demonstração de Resultados

Unidade: Euros

Demonstração de Resultados	Notas	2020	2019
Contribuições	7	24 378	30 547
Pensões, capitais e prêmios únicos vencidos	8	(8 106)	(9 064)
Rendimentos líquidos de investimentos	10	1 538	122
Ganhos líquidos de investimentos	9	1 330	86 600
Outros rendimentos e ganhos		136	(16)
Outras despesas	11	(15 740)	(15 520)
Resultado líquido		3 535,68	92 669,16

2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa		Notas	2 020	2 019
Unidade: Euros				
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
+ Contribuições				
Associados	7		12 189	15 274
Participantes/beneficiários			12 189	15 274
- Pensões, capitais e prêmios únicos vencidos				
Transferências			8 106	9 064
- Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios por morte			0	0
- Remunerações				
Remunerações de gestão	11		8 122	8 113
Remunerações de depósito e guarda de títulos	11		7 617	7 407
+ Outros rendimentos e ganhos			136	0
- Outras despesas	11		0	0
Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais			668	5 963
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
+ Recebimentos				
Alienação/ reembolso de investimentos			721 504	631 002
Rendimentos dos investimentos			3 648	2 644
- Pagamentos				
Aquisição de investimentos			695 538	601 521
Fluxos de caixa líquido das atividades de investimento			29 614	32 125
Variações de caixa e seus equivalentes			30 282	38 088
Efeitos de alteração das taxas de câmbio			0	0
Caixa no início do período de reporte	5		139 951	101 863
Caixa no fim do período de reporte	5		170 233	139 951

3. Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Introdução

O Fundo de Pensões Aberto Open (o Fundo) foi constituído em 19 de novembro de 2004 e tem como entidade gestora a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Sociedade Gestora). O Fundo é um fundo aberto, com duração indeterminada e é um património exclusivamente afeto à realização de um ou mais planos de pensões.

Em 31 de dezembro, o fundo de pensões é constituído por 192 adesões individuais.

Nota 2 – Comparabilidade

As contas do Fundo de 2020 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as contas do exercício de 2019.

Nota 3 – Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras do Fundo de Pensões foram preparadas no pressuposto da continuidade das suas operações, de acordo com os registos contabilísticos mantidos pela Entidade Gestora e conforme a Norma n.º 7/2010-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 4 de junho.

São apresentadas de seguida as bases de mensuração e as políticas contabilísticas.

Bases de mensuração:

- Demonstrações Financeiras expressas em Euros;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros registados ao justo valor.

Políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

b) Instrumentos financeiros

O fundo classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a natureza que lhes está subjacente. Assim, os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

As aquisições e alienações são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja na data em que o Fundo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

c) Numerário e depósitos em outras instituições de crédito

O Numerário e depósitos de curto prazo em outras instituições de crédito englobam os valores registados na Demonstração da Posição Financeira com maturidade inferior a 3 meses, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor. Adicionalmente, estão englobados nesta rubrica outros depósitos a prazo em instituições de crédito.

d) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

e) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

f) Comissões de gestão

As comissões a pagar pela gestão do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

g) Comissões de custódia

As comissões a pagar ao banco pela guarda dos ativos do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

h) Comissões de emissão

As comissões de emissão a receber dos participantes correspondem ao máximo de 2% dos montantes de subscrição.

i) Impostos e Taxas

De acordo com o artigo 16.º do Estatuto dos Benefício Fiscais, os Fundos de Pensões e equiparáveis são isentos de:

- IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos Fundos de Pensões e equiparáveis; e
- Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

j) Contribuições

As contribuições são registadas quando recebidas. O seu apuramento é efetuado da seguinte forma:

- Contrato de adesão coletiva com plano de contribuição definida – de acordo com o definido no plano de pensões;
- Adesões individuais – de acordo com a disponibilidade do participante.

k) Pensões

As pensões são processadas e pagas sempre que se verifiquem as condições indicadas no contrato. O registo é efetuado aquando do pagamento.

Nota 4 – Instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros, do Fundo em 31 de dezembro de 2020 está apresentada no Anexo 1 – Inventário de participações e instrumentos financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	2020		2019	
	Unidade: Euros			
	Valor *	Peso Carteira	Valor *	Peso Carteira
Ações e unidades de participação em fundos de investimento	878 020	89,8%	906 591	100,0%
Títulos de rendimento fixo	100 131	10,2%	0	0,0%
Total	978 151	100,0%	906 591	100,0%

O apuramento do justo valor para os ativos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A valorização dos ativos financeiros por níveis, a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é analisada como se segue:

2020				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação	514 008	364 011	-	878 020
Títulos de rendimento fixo	100 131	-	-	100 131
Total	614 139	364 011	-	978 151

* inclui juro decorrido

Unidade: Euros

2019				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação	906 591	-	-	906 591
Títulos de rendimento fixo	0	-	-	0
Total	906 591	0	-	906 591

Nota 5 – Numerário e depósitos em instituições de crédito

Nesta rubrica está registado o montante de 170.233 Euros (139.951Euros em 2019) referente a depósitos à ordem no Banco BIG.

Nota 6 – Credores

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros

	2020	2019
Entidade Gestora	2 095	2 104
Estado e outros entes públicos	11	11
Depositário	1 882	3 719
Total em 31 de dezembro	3 988	5 834

Nos credores estão refletidos os valores das comissões de gestão e de depósito que se encontram por pagar a 31 de dezembro de 2020.

Nota 7 – Contribuições

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros

	2020	2019
Contribuições do Associado	12 189	15 274
Contribuições dos Participantes	12 189	15 274
Transferência	-	-
Total em 31 de dezembro	24 378	30 547

As contribuições efetuadas pelos associados e pelos participantes do Fundo de Pensões em 2020 e 2019 foram integralmente realizadas.

Nota 8 – Pensões, capitais e prêmios únicos vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros

	2020	2019
Pensões, capitais e prêmios únicos vencidos		
Pensões	-	-
Remições	-	-
Capital	-	-
Transferências	8 106	9 064
Desemprego de longa duração	-	-
Total em 31 de dezembro	8 106	9 064

Nota 9 – Ganhos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros		
	2020	2019
Ganhos		
Realizados	234 838	26 433
Obrigações	-	1 816
Unidades de participação	234 838	24 617
	-	
Potenciais	54 681	58 977
Obrigações	-	-
Unidades de participação	54 681	58 977
Valias de câmbiais	-	1 621
Total de Ganhos	289 519	87 031
Perdas		
Realizadas	(265 860)	(432)
Obrigações	-	(89)
Unidades de participação	(265 860)	(343)
	-	
Potenciais	(942)	-
Obrigações	(157)	-
Unidades de participação	(786)	-
Valias de câmbiais	(21 386)	-
Realizadas	(21 386)	-
Potenciais	-	-
Total de Perdas	(288 189)	(432)
Total em 31 de dezembro	1 330	86 600

Nota 10 – Rendimentos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros		
	2020	2019
Ações/ Unidades de participação	1 396	89
Obrigações/ Outros títulos rendimento fixo	-	-
Depósitos	141	33
Total em 31 de dezembro	1 538	122

Nota 11 – Outras despesas

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

		2020	2019
Comissões de gestão e de depósito	▼	15 430	15 520
Outras despesas	▼	310	-
Total em 31 de dezembro	▼	15 740	15 520

Unidade: Euros

A comissão de gestão é uma comissão trimestral que será no máximo de 0,2%, cobrada trimestral e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do trimestre. Em 2020, foram pagas comissões de gestão no montante de 8.122 Euros (8.113 Euros em 2019).

A comissão de depósito é uma comissão trimestral que será no máximo de 0,18%, cobrada trimestral e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do trimestre. Em 2020, foram pagas comissões de depósito no montante de 7.307 Euros (7.407 Euros em 2019).

Nota 12 – Transações entre partes relacionadas

Com a saída da adesão coletiva (Banco de Investimento Global) do fundo, em 2014, deixou de haver, partes relacionadas.

Nota 13 – Política de investimentos

A política de investimento do Fundo de Pensões Aberto Open tem como objetivo formular os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do Fundo e obedecem aos seguintes princípios:

- Ter em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo Fundo, com os níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Reger-se por princípios de gestão sã e prudente, nomeadamente a diversificação e dispersão adequada das aplicações observando as seguintes regras: i) seleção criteriosa das aplicações com predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados; ii) racionalidade de controlo de custos; iii) limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

A política de investimento é objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também, a alocação de ativos atual e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Títulos de Dívida	5,00%	9,59%	4,59%	[0; 10]
Instrumentos de Capital	0,00%	0,00%	0,00%	[0; 0]
Unidades de Participação	85,00%	84,08%	-0,92%	[30; 90]
FIM's Maioritariamende Obrigações	55,00%	52,13%	-2,87%	[30; 80]
FIM's Maioritariamende Ações	12,50%	20,48%	7,98%	[0; 25]
FIM's Outros	10,00%	11,47%	1,47%	[0; 20]
ETF's Maioritariamende Obrigações	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
ETF's Maioritariamende Ações	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
FII's	2,50%	0,00%	-2,50%	[0; 5]
Outros Activos	5,00%	0,00%	-5,00%	[0; 10]
Liquidez	5,00%	6,33%	1,33%	[0; 10]

Os desvios de alocação, face ao previsto na política de investimentos, devem-se a razões de natureza tática, com o objetivo da otimização do binómio rentabilidade e risco.

Nota 14 – Risco associado a instrumentos financeiros

O Fundo de Pensões está exposto a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros. O risco financeiro chave a que um Fundo de Pensões está exposto, corresponde à potencial incapacidade deste para cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, a possibilidade de os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes do pagamento das pensões e encargos inerentes.

Os principais riscos a que um Fundo de Pensões está exposto são:

Risco de crédito

O Risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do associado e dos participantes no reforço do Fundo e da contraparte relativamente às obrigações contratuais, no que se refere à carteira de investimentos.

A gestão do risco de crédito no fundo, associado à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios trimestrais de riscos financeiros para a carteira global.

O quadro seguinte mostra a exposição por classe de ativos, com referência às datas de 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Unidade: Euros

	2020*		2019*	
	%	Valor	%	Valor
Rendimento Fixo	8,7%	100 131	0,0%	-
Taxa Fixa	8,7%	100 131	0,0%	-
Rendimento Variável	76,5%	878 020	86,6%	906 591
Sem garantia de capital	76,5%	878 020	73,2%	761 402
F.I.M. - Ações	10,3%	118 300	9,6%	100 236
F.I.M. - Obrigações	47,4%	544 336	59,5%	619 248
F.I.M. - Outros	18,8%	215 383	4,0%	41 918
Instrumentos de Capital	0,0%	-	0,0%	-
Mercado Monetário	14,8%	170 233	13,4%	139 951
Total	100,0%	1 148 384	100,0%	1 046 542

* Inclui juro decorrido

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela entidade gestora do Fundo.

Regularmente, e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (*Standard & Poor's*, *Moody's*, *Fitch* e *DBRS*), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas alterações de notação por título, acompanhamento dos *Outlook*, graus de subordinação e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

A 31 de dezembro de 2020, o Fundo de Pensões detém 8,7% de títulos de rendimento fixo através da aquisição de 100m euros de nominal de bilhetes de tesouros do Governo português com rating BBB da Fitch.

Risco de taxa de juro

As operações do Fundo encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro, para os ativos geradores de juros (investimentos).

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a *modified duration* da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira. Os efeitos apurados, relativamente a 31 de dezembro de 2020 e 2019, são os seguintes:

Indicadores	2020	2019	Variação
<i>Modified Duration</i>	0,21	0,00	0,2 pp
Vida Média	0,21	0,00	0,2 pp
Convexidade	0,00	0,00	0,0 pp

O impacto estimado de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

Variação taxa juro (Em pontos base)	Variação Estimada 2020		Variação Estimada 2019	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentage m (%)	Valor (Euros)
300	-0,1%	-584	0,0%	0
200	0,0%	-389	0,0%	0
100	0,0%	-195	0,0%	0

Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Adicionalmente, ver a análise de maturidades no risco de crédito.

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações e outros.

Quanto ao risco da variação de preços de ações e de fundos de investimentos, é feita uma análise de sensibilidade e quantificado o seu impacto na valorização dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos do Fundo. Os indicadores, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, são os seguintes:

FIM/Ações	Perda estimada 2020		Perda estimada 2019	
	%	Euros	%	Euros
-10%	-8,41%	-87 802	-8,71%	-90 659
-20%	-16,82%	-175 604	-17,42%	-181 318

Risco cambial

Risco decorrente da variação do valor de ativos detidos pelo Fundo decorrente de oscilações nas taxas de câmbio das moedas em que esses ativos estão expressos.

A atual exposição cambial da carteira de investimentos do Fundo, está distribuída como segue:

Representação			
Moeda	2020	2019	Variação (p.p) 2020/2019
Euro	79,57%	96,78%	- 0,17
USD	20,43%	3,22%	0,17
Outras	0,00%	0,00%	0,00

Nota 15 – Eventos subsequentes

Até à data de autorização para a emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

Na sequência da Pandemia Covid19, decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a Administração da sociedade gestora tomou um conjunto de medidas tendentes à minimização dos riscos e ativou o seu plano de contingência, sendo que vai continuar a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos na liquidez e rentabilidade do Fundo. Neste contexto, é convicção da Sociedade Gestora que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes do agravamento da Pandemia ocorrido no início de 2021 não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo

Anexo 1 - Inventário de participações e instrumentos financeiros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						Valor de balanço unitário	Total
2 - OUTROS								
2.1 - Títulos nacionais								
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTPBTIGE0033	PORTB 0 19/03/21	1 000	1 000	10 028,79	100,29	100 288	100,13	100 131
sub-total		1 000	1 000			100 288		100 131
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
IE008520F527	SALAR FUND PLC EIC	263			145,79	38 342	162,96	42 858
FR0010674978	LFP - La Francaise S	1			2 001,99	2 002	2 303,34	2 303
IE00BF4RW382	MAN GLG EUROPEAN INC	341			84,57	28 838	106,79	36 415
IE00BYQP5894	Legg Mason Western A	230			119,10	27 392	120,32	27 674
IE008ZBZ4842	Helicon II Global Eq	260			91,22	23 744	118,99	30 972
LU0151325312	Candriam Bonds - Cre	116			228,44	26 499	233,04	27 033
LU0225434744	LUX INVEST FD-US	172			465,14	80 000	0,00	0
LU0345362361	FIDELITY FUNDS-ASIA	581			23,87	13 871	31,18	18 116
LU0638558717	RUF-TOT R I OCC	290			129,48	37 549	143,57	41 635
LU0772943501	NORDEA 1-EUR FIN DEB	94			180,26	16 945	191,84	18 033
LU0963987432	MIRABAUD-GLOB STR B	194			104,61	20 294	110,20	21 379
LU1071462532	PICTET TR - AGORA-IE	365			126,74	46 262	140,12	51 144
LU1331972494	ELEV-ABS LRET EUR FD	16			1 041,44	16 663	1 177,27	18 836
LU1694789378	DNCA Invest Alpha Bo	612			102,38	62 656	104,37	63 874
IE008JVDNR83	LM-WA MACRO OPPORT B	369			124,83	46 107	125,43	46 325
IE00887KCF77	PIMCO Funds Global I	4 418			13,75	60 728	13,56	59 907
LU1055195918	Pictet - Short Term	445			102,93	45 853	102,25	45 548
LU2066004388	ALLIANZ-STRATEGIC BO	424			127,33	53 988	129,12	54 747
LU1232088382	ALGER DYNAMIC OPPORT	568			14,66	8 328	16,37	9 298
LU0236146006	DWS INVEST-SH DUR CR	165			117,01	19 307	122,32	20 183
LU1284738405	FIDELITY ASIAN BD FD	2 957			9,40	27 794	9,17	27 113
LU0370787359	FF-EURO CORP BN-Y AC	741			34,18	25 329	36,51	27 054
LU1433232698	PICTET TR - ATLAS C	310			113,43	35 162	117,63	36 465
LU1663931324	DWS INVEST-GLB INF-T	79			111,07	8 775	111,43	8 803
LU1731833056	Fidelity Funds - Glo	2 150			11,26	24 216	12,66	27 219
LU0895805017	JUPITER JGF DY B FD-	2 632			13,49	35 506	13,75	36 190
LU1951225124	NATIX-THEMATIC SAFET	205			113,49	23 266	135,35	27 747
LU0980584436	NATIX-LS ST EMRKT B-	477			98,45	46 959	107,23	51 149
sub-total		19 476				902 374		878 020
total		20 476	1 000			1 002 662		978 151
3 - TOTAL GERAL		20 476	1 000			1 002 662		978 151

4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões Aberto Open** (ou Fundo), gerido pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, SA (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1 148 520 euros, um valor do Fundo de 1 044 244 euros e um resultado líquido de 3 536 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Pensões do Aberto Open**, em 31 de dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção, Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras, na sequência da pandemia Covid-19, ainda em curso, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora considera que, embora não sendo possível prever os efeitos que possam advir da sua evolução, as atuais circunstâncias excecionais não colocam em causa a continuidade e as operações do Fundo nos seus atuais moldes. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização dos ativos financeiros	
A valorização dos ativos financeiros corresponde a cerca de 85% do ativo. O valor dos ativos financeiros é determinado com base nas cotações oficiais e na avaliação efetuada pela sociedade gestora aos títulos não cotados. A consideração desta matéria como relevante para auditoria tem por base a materialidade dos ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções na valorização de títulos não cotados e imprevisível evolução e impactos da pandemia Covid-19. As divulgações relacionadas com a composição e valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e na nota 4.	A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira. Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e avaliação da razoabilidade da informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados. Acompanhamento dos impactos e divulgações relacionadas com a pandemia Covid-19.

Outras matérias

O nosso exame incidiu sobre as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2020, após a nossa nomeação em 19 de janeiro de 2021, sendo que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram objeto de exame por outro auditor, cuja Certificação Legal das Contas, emitida em 7 de julho de 2020, inclui uma opinião não modificada e com uma ênfase.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição



financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos



ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pela Entidade Gestora para o mandato compreendido entre 2020 e 2022.
- (ii) o órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 4 de maio de 2021;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que, para além da auditoria, prestámos ao fundo os seguintes permitidos por lei e pelos regulamentos em vigor: trabalhos de auditoria para efeitos de supervisão prudencial para a emissão do Relatório de Auditoria sobre os elementos de índole financeiros e estatísticos do Fundo, nos termos da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho e das Normas Regulamentares da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), n.º 7/2007-R, de 17 de maio e n.º 11/2020-R, de 3 de novembro.

Lisboa, 4 de maio de 2021



João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC